Formação do professor e do trabalho escolar: novas leis, velhas práticas no processo de(s)construção discursiva¹

Silvair FÉLIX²
Prof. Dr. Alexandre COSTA³

Palavras-chave: Análise do Discurso. Bakhtin. Foucault. Formação de professor.

Introdução

O modo de construção dos textos legais, do discurso de um pseudo incentivo à formação profissional a partir de leis, prescreve o comportamento ideológico e as hierarquias do sistema constituído sobre a educação, tendo no profissional “professor” a produção e o trabalho da estabilização da nova ordem de discurso para a educação brasileira (COSTA, 2007). Esse mapeamento de constituição dos textos legais, a partir do discurso do “pseudo incentivo” na esfera da formação profissional e de acordo com as leis, merecem uma contra palavra dessas prescrições. Assim buscamos identificar a relação entre o comportamento ideológico e as hierarquias do sistema constituído sobre a educação brasileira. Como principal questão, competenos responder “como os discursos do profissional “professor” é refratado em sua produção e em seu trabalho diante da legislação nacional e estabilizado em uma *“nova ordem de discurso da educação”*?

Material e métodos

A metodologia utilizada foi norteadada considerando o “modelo” estabelecido pela arqueologia foucaultiana, como base teórica para as análises documentais realizadas pela crítica do documento dos estudos discursivo-epistemológico e a partir dos conceitos de estruturas como redes de relações hierarquizadas do filósofo francês Michel Foucault. Nas análises dos textos legais, fundamentamos nossas

¹ Resumo apresentado ao Programa de Pós-Graduação (mestrado) em Letras e Linguística, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás na Linha de trabalho: Língua, texto e discurso: o funcionamento dos enunciados em sua relação com os diversos discursos presentes na sociedade (LP7). Goiânia, 2011.

² Mestrando em Linguística no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiânia-GO, Brasil, silvair@ueg.br.

³ Professor Orientador, alexanrs@uol.com.br

reflexões na produção e estrutura sócio-política apresentada por Bakhtin.

Parte do nosso *corpus* é constituído por documentos (*stricto sensu*) que constituem os discursos sobre a formação do professor e do trabalho escolar como os textos da legislação brasileira: Constituição Federal do Brasil, Constituição do Estado de Goiás, leis federais, estaduais e municipais sobre a formação do professor, medidas provisórias e decretos leis que envolvam diretamente os aspectos da formação do professor brasileiro. Analisamos também os estatutos, regimentos, portarias, instruções, editais, avisos e manuais que fundamentam este processo da formação de professor no Estado Brasileiro nos quais se recortam os processos discursivos e as alterações sofridas por estas documentações. Essa atividade correlaciona à densidade discursiva da crítica documental e possibilita a verificação dos efeitos constitutivos dos contextos de interação do sujeito-professor-aluno.

Outra parte do *corpus*, no entanto, está constituída por meio da geração de informações a partir da coleta de dados realizada por meio dos métodos de observação direta das atividades dos professores [notas de campo] e da entrevista de longa duração. Esta atividade corrobora na interpretação dos discursos do professor em que se pretende compreender as habilidades e as capacidades destes profissionais nas condições de simultaneidade de aluno/professor. Trabalhamos com a hipótese qualitativo-fenomenológica em que se procura entender o comportamento dos sujeitos a partir da compreensão do contexto no qual se interpretam seus pensamentos, sentimentos e ações.

Resultados e discussão

A análise abordada na leitura dos textos constitucionais brasileiros sobre o tratamento da formação do professor, no âmbito da educação brasileira dá ênfase na construção desses textos a partir de suas próprias estruturas lexicológicas sobre a concepção de “educação” nacional. Essa construção nos permite realizar um breve mapeamento dessa noção conceitual em contraponto com diferentes valores estabelecidos nas relações diretas na lexicalização deste discurso. Os textos sustentam o conceito de educação a partir da representação de uma estratégia de

construção da sociedade brasileira, da idealização de fatores sociais e das redes sociais constituídas em favor da manutenção operada nos discursos políticos desde sua produção e veiculação.

A construção das obras constituintes, em especial a *Constituição Federal de 1988*, toma como ponto principal a palavra “educação” empregada ao longo dos textos em diferentes situações discursivas. A abordagem temática e metodológica da educação inicia-se com o texto do Brasil Império em 1824, em que, a educação é percebida como *talentos e virtudes, instrução primaria*, oferecidas por meio dos *Collegios e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes*⁴. Nesta esfera a educação traz no texto uma relação direta com a instrução e o ensino em que assume uma dimensão de representação histórica da sociedade brasileira na própria concepção de homem no processo de categorização e de formação do homem social.

A educação, no segundo texto constitucional brasileiro⁵, se apresenta de maneira mais abrangente, porém, com poucos destaques ao caráter explícito e social da educação nacional. Com um enunciado mais de inclusão, o texto se resguarda quanto aos direitos dos sujeitos brasileiros e dos estrangeiros residentes no Brasil. Os conceitos da educação, a relação com o núcleo familiar e sua importância, a partir do terceiro texto constitucional⁶ brasileiro tem um caráter conceitual de educação que se mostra aliada a dois núcleos: o familiar e o estatal. Com um enunciado contemporâneo, a educação ganha *status* e espaço para se compor enquanto conceito mais abrangente, e ao mesmo tempo, prolixo enquanto discursos. Os enunciados da educação se deslizam alicerçados na base social familiar para uma linguagem estruturada e hierarquizada a partir de grades representativas dos poderes públicos.

Na mesma década, tão próximo historicamente e tão distante ideologicamente, o segundo texto da década de trinta do século XX, a quarta constituição nacional⁷ apresenta uma concepção de educação diferenciada das demais. Depois de passar pelo sujeito-indivíduo, pela família e pelo estado numa

⁴ Artigo 179, alínea XIV, XXXII e XXXIII da Constituição Política do Império do Brasil de 25 de março de 1824.

⁵ Art 72, § 6º da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891.

⁶ Art 149 da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934.

⁷ Art 125 e Art 130 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937.

concepção coletiva e social, se apresenta como integral e natural. Os pais se constituem os detentores dos deveres e dos direitos da educação da prole. A família se constitui, num corpo menor e, necessária à solidariedade do estado. Como um processo cíclico e pendular, a educação novamente ressurgiu com alguns aspectos sociais empreendidos por uma nova [velha] concepção social. O que antes era família, passa aos pais e depois ao lar e a escola. A concepção destes enunciados representa um avanço lexicológico na concepção e no alcance da educação brasileira. A educação se reconstitui numa ação em que vincula o estado e a família [aqui⁸ subjetivamente representada pelo lar]. No aspecto de ligação e de vinculação, a educação, adota posturas mais radicais e de vanguarda simultaneamente.

De forma a assegurar o “direito de todos e a igualdade de oportunidade”, o contexto de repressão intelectual, os dois textos constituintes da década de 1960⁹, estabelecem uma postura de “direitos” e de aplicação dos discursos nas esferas familiar e escolar, textos esses que se equivalem aos anteriores. Em recuperação de alguns conceitos sociais, o discurso sobre a educação em seu último texto constitucional¹⁰ retoma a sociedade representada em dois grupos: o estado e a família. Representa o resgate da pessoa [sujeito] e sua relação social e funcional para o trabalho. A relação com a cidadania se estabelece como forma de mediar o direito do estado e o direito do indivíduo numa forma dialética. O pleno desenvolvimento é requisitado como condição para o sujeito social e cidadão.

Entendemos que as relações discursivas foram estabelecidas entre os vários textos constituintes num processo evolutivo, nos quais demonstram as diversas formas de comportamentos, as normas, as técnicas, as classificações e os modos de caracterização da educação nacional pelo sujeito-legislador brasileiro. Assim tratamos o discurso sobre a educação nacional, não como a manifestação majestosamente desenvolvida, nem como o resultado do processo dos únicos sujeitos devidamente autorizados a pensar e a constituir uma normatização, mas como o resultado de um processo de *dispersão* dos discursos de vários sujeitos e sua continuidade em relação aos próprios discursos.

⁸ Art 166 e Art 168 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946.

⁹ Art 168 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1967 e Art. 176 da Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.

¹⁰ Art. 205 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Conclusões

Enfim a possibilidade de constituir-se enquanto professor, no discurso da educação nacional, é uma forma de categorizar os diversos gêneros empregados nessa construção lexicológica. Os discursos marcados pelas “disciplinas” como formas de diferentes enunciados vem nos doutrinar a partir de várias enunciações epistêmicas, em que se estabelece um equilíbrio dos enunciados como formas de “atos responsáveis”¹¹, ou como forma de verdade pragmáticas ou filosóficas na “pós-modernidade”, nesse sentido seria a aceitação do discurso de exigência de qualificação do “outro”. Esse outro conforme enunciado anteriormente contempla os sujeitos da escola, em foco o sujeito-professor.

Assim, a relação dos professores em formação neste formato de curso, estabelece uma situação de sujeito-espaço em que o espaço da sala de aula, se constitui numa tensão ética quanto aos desafios do trabalho docente e num segundo momento, se constitui enquanto um lugar de questão de formação de seu repertório teórico. Neste momento de fins de semana ou em períodos de férias, a carga teórica se constitui ainda num processo psicológico contínuo na rotina desse sujeito constituído em professor de um lado, e de outro como o aluno.

Portanto, este gerenciamento dos objetos de trabalho/estudo e dos objetos teóricos depende ainda do controle dialógico e de foco desse sujeito-professor. Assim essa tomada de consciência do encontro do sujeito-professor com “outro” sujeito-aluno a partir da apropriação do espaço seja uma ação que estabeleça uma forma de contra palavra na esfera da educação e uma relação de conflito entre o “eu” sujeito-professor e o “outro” sujeito-aluno (professor-em-formação).

Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem Bakhtin*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BAKHTIN, M. *Para uma Filosofia do Ato Responsável*. Trad. Valdemir Miotello & Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.
- BRASIL. Constituição (1824). *Constituição Política do Império do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1824.
- BRASIL. Constituição (1891). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1891.

¹¹ Para uma Filosofia do Ato Responsável, Bakhtin, 2010.

- BRASIL. Constituição (1934). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1934.
- BRASIL. Constituição (1937). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1937.
- BRASIL. Constituição (1946). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1946.
- BRASIL. Constituição (1967). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1967.
- BRASIL. Constituição (1969). *Emenda Constitucional n. 1*. Brasília, DF: Senado, 1969.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: DOU, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa*. Brasília, DF: 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Formação de Professores*. Decreto 6755/2009. Brasília, DF: DOU, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Pró-Letramento: Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino*. Brasília, DF: SEB, 2007.
- BRASIL. *Plano Nacional de Educação, Lei n. 10.172*, de 9 de janeiro de 2001. Brasília, DF: DOU, 2001.
- COSTA, A. *A crítica do documento de Michel Foucault: apontamentos sobre modalização empírica em Análise do Discurso*. *Via Litterae*, Anápolis, v. 1, n. 1, p. 5-22, jul./dez. 2009.
- COSTA, A. *Arqueologia da formação do professor: a nova ordem de discurso da educação nacional*. 2007. 259 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. Trad. Graciano Barbachan. São Paulo: Coletivo Sabotagem, 2004.
- FOUCAULT, M. *Arqueologia do Saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, M. *O que é um autor?* Vega: Passagens. Tradução de Antonio F. Cascais e Edmundo Cordeiro. 1992.
- GOIÁS (Estado). Constituição (2000). *Constituição do Estado de Goiás*. Goiânia, GO: Assembleia Legislativa, 2000.
- GOIÁS (Estado). Plano Estadual de Educação para o decênio 2008/2017. *Lei Complementar n. 0062*, de 09 de outubro de 2008. Base da Legislação Estadual.
- MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. Criar Edições, Curitiba: PR, 2005.
- MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Trad. Freda Indursky. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 3a edição, 1997.
- MARCUSCHI, L.A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: Dionísio, A. et alii (2002) Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna.(19-36)
- MORAES, E.M.M. *Anotações de aulas: contribuições para a caracterização de um gênero discursivo e de sua apropriação escolar*. IEL/UNICAMP: 2005 (tese de Doutorado)
- SOUZA, José Carlos Aguiar de. *O Projeto da Modernidade: autonomia, secularização e novas perspectivas*. Brasília: Liber Livro Editora, 2005. 143p.
- Universidade Estadual de Goiás. Ofício Circular 003/2005 da Assessoria Pedagógica para os coordenadores dos cursos de licenciatura plena parcelada convênios VII Municipal e V Particular